

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC000189/2011  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 09/02/2011  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR003412/2011  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46220.000266/2011-20  
**DATA DO PROTOCOLO:** 07/02/2011

SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC, CNPJ n. 80.673.387/0001-86, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). NAURO JOSE VELHO e por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). JOSEFINA APARECIDA NUNES DE CARVALHO;  
SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 79.240.966/0001-56, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MARIO CESAR SILVA;

E

SANTA CATARINA TURISMO SA, CNPJ n. 83.469.908/0001-76, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALDIR RUBENS WALENDOWSKY; celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIA, PESQUISA E INFORMAÇÕES DE SANTA CATARINA - SINDASPI**, com abrangência territorial em SC.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Reajustes/Correções Salariais**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - REPOSIÇÃO SALARIAL**

A empresa reajustará os salários de todos os empregados pertencentes a categoria abrangida pelo presente acordo em 5,49% (Cinco vírgula quarenta e nove por cento), a partir de 1º de maio de 2010, incidindo sobre a folha de pagamento do mês de abril de 2010, incorporados a partir da folha salarial de maio de 2010.

### **Parágrafo Único**

O pagamento dos valores correspondentes aos meses de maio a outubro será feito em uma única parcela, na folha de pagamento do mês de novembro de 2010, na forma de acordo.

#### **CLÁUSULA QUARTA - VANTAGEM PESSOAL**

A reposição salarial prevista na cláusula primeira do presente Acordo incidirá, inclusive, sobre a vantagem pessoal, a qual fica mantida na forma da cláusula 2ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2003/2004, e da Vantagem Pessoal concedida na cláusula primeira, parágrafo primeiro do ACT 2009/2010.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **Adicional de Hora-Extra**

#### **CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO DA HORA EXTRAORDINÁRIA**

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal nos dias úteis, e em 100% (cem por cento) nos sábados, domingos e feriados, respeitadas as exceções contidas nos Artigos 59 a 61 da CLT.

##### **Adicional Noturno**

#### **CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO**

A empresa pagará, a título de adicional noturno, o percentual de 30% (trinta por cento) de acréscimo sobre a hora normal, e será pago ao empregado que laborar entre 22:00 horas de um dia e 05:00 horas do dia seguinte.

##### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - INSALUBRIDADE**

A empresa pagará os percentuais de adicional de insalubridade sobre o menor salário constante da tabela salarial da empresa, para carga horária de 8 (oito) horas, a seus empregados desde que a insalubridade seja confirmada por laudo pericial.

##### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

A Empresa garantirá o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para

seus empregados, por meio do fornecimento mensal de 22 (vinte e dois) vales alimentação, no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais).

**Parágrafo Único:**

O empregado não receberá vale alimentação quando em:

- Licença sem remuneração
- Licença médica após os 120 (cento e vinte) primeiros dias
- Licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo
- Cumprindo suspensão disciplinar
- Faltas injustificadas

**Auxílio Doença/Invalidez**

**CLÁUSULA NONA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXILIO DOENÇA/ACIDENTADO**

A empresa pagará complementação de auxílio doença/acidentado ao empregado, enquanto estiver afastado por doença ou acidente, pago na mesma data dos demais empregados, sendo que os valores percebidos pela Previdência Pública, serão recolhidos pelo empregado aos cofres da empresa nos primeiros meses através de GR -Guia de Recolhimento, em razão do atraso do pagamento por parte do INSS, e para os demais meses, a empresa efetuará o respectivo desconto em folha de pagamento.

**Parágrafo Primeiro:**

Caso haja atraso por parte do INSS quanto ao pagamento do benefício, a SANTUR efetuará o pagamento integral do salário, enquanto o INSS não regularizar a situação. Decorrido mais de 2 (dois) meses de atraso, a empresa suspenderá o pagamento da complementação, até que o empregado apresente o comprovante de recebimento junto ao INSS na Divisão de Apoio de Pessoal, caso contrário fica a empresa autorizada a efetuar o desconto em folha de complementação referente aos 2 (dois) primeiros meses.

**Parágrafo Segundo:**

O empregado afastado por doença ou acidente terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do pagamento à Previdência, para apresentar o comprovante do recebimento e o respectivo recolhimento. A não apresentação implicará em suspensão da complementação do auxílio doença/acidente.

**Auxílio Morte/Funeral**

**CLÁUSULA DÉCIMA - AUXILIO FUNERAL**

Em caso de falecimento do empregado, a empresa cobrirá as despesas do

funeral, devidamente comprovadas no valor limite de 10(dez) vezes o menor salário pago pela empresa, para carga horária de 8 (oito) horas.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXILIO CRECHE**

A empresa manterá convênio com creche, nos termos da legislação em vigor, estendendo o prazo de atendimento as crianças com até 12 (doze) meses de idade.

##### **Parágrafo Primeiro:**

A empresa concederá até o equivalente a 1 (um) salário mínimo, para reembolso de despesas efetivadas com internamento de filhos na faixa etária de 0 (zero) até 83(oitenta e três) meses, com creche, babá ou instituição análoga, de livre escolha do empregado (a). Também terá direito, desde que mantenha a guarda do filho, viúvo (a), separado (a) judicialmente, desquitado (a), divorciado (a) e mãe solteira.

##### **Parágrafo Segundo:**

Na inexistência de creches ou mesmo instituições análogas, que não dêem atendimento em período integral, (comprovada por declaração da Prefeitura Municipal e das instituições existentes no município), e quando a esposa do empregado comprovadamente trabalhar fora do lar com jornada integral e não receber benefício de sua empresa, será autorizada a contratação de babá, neste caso limitado ao valor de 1 (um) salário mínimo cumprindo o disposto em lei.

##### **Parágrafo Terceiro:**

No caso dos responsáveis pelo menor trabalharem em um ou mais órgãos ou entidades vinculados de qualquer forma ao Estado, o benefício somente poderá ser usufruído através de um dos responsáveis.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO**

Para os empregados que prestem serviços à empresa, quando demitido, o aviso prévio a ser concedido pela empresa será de 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, dado pela empresa, o empregado que obtiver novo emprego antes do término do referido aviso, desde que haja comunicado e comprovado com 72 (setenta e duas) horas de

antecedência.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Participação dos Trabalhadores na Gestão das Empresas**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEMBRO NA DIRETORIA E NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA**

É garantido nos termos do inciso II - artigo 14 da Constituição Estadual e Lei Estadual nº 1178, de 21 de dezembro de 1994, a participação de empregado na Diretoria e no Conselho de Administração da Empresa.

### **Políticas de Manutenção do Emprego**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO**

Fica assegurada ao empregado integrante da categoria profissional representada pelo Sindicato acordante garantia de emprego pelo período de 13 (treze) meses, contados a partir de 26 de Abril de 2011, salvo por justa causa, a ser apurada em sindicância administrativa com a participação de representante do Sindicato.

### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTABILIDADE DA GESTANTE**

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

### **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE AO EMPREGADO ACIDENTADO**

O empregado que sofrer acidente de trabalho tem garantia, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio doença/acidentário, independente de percepção de auxílio acidente, nos termos do artigo 153 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais para os empregados da empresa.

### **Faltas**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE VESTIBULANDO**

A empresa abonará a falta do estudante, mediante comprovação, para prestar provas vestibulares, sempre que houver coincidência com o horário de trabalho.

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FÉRIAS INÍCIO DO PERÍODO DO GOZO**

O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados, ou dia de compensação de repouso semanal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Fica assegurado a concessão de férias proporcionais, ao empregado com menos de um ano de emprego, que venha a pedir demissão.

### **Licença Remunerada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA PRÊMIO**

Após cada 5 (cinco) anos de serviços, efetivamente trabalhados na administração indireta do Estado de Santa Catarina, o empregado fará jus a uma licença especial de 30 (trinta) dias, não prescrevendo o seu gozo, não podendo ser transformado em pecúnia, salvo nos casos de rescisão

contratual, sem justa causa, na aposentadoria por invalidez e falecimento.

**Parágrafo Primeiro:**

A empresa deverá atender ao pedido do empregado para o gozo de licença prêmio desde que à mesma seja solicitado com 30 (trinta) dias de antecedência.

**Parágrafo Segundo:**

A contagem do tempo de serviço para aquisição do direito a licença especial será feito pelo somatório do tempo dos contratos de trabalho firmado na administração indireta de Santa Catarina, descontados os períodos já gozados.

**Parágrafo Terceiro:**

Não será considerado como período de trabalho:

- O tempo em que o empregado permanecer em licença sem remuneração;
- O tempo em que o empregado permanecer por mais de 6 (seis) meses em licença pelo INSS, no período aquisitivo anual.

**Parágrafo Quarto:**

O empregado em gozo de licença especial fará jus a todos os direitos e vantagens do seu cargo, como se em exercício estivesse.

## **Relações Sindicais**

### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS**

A empresa permitirá a colocação de quadro de avisos para utilização da entidade sindical profissional em local de fácil visão e circulação no âmbito da empresa para fixação de editais, avisos e notícias sindicais, desde que previamente vistados pela empresa.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA HOMOLOGAÇÃO**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho será aprovado por Resolução do Conselho de Política Financeira – CPF, homologada pelo Governador do Estado e publicada no Diário Oficial do Estado, na forma do que estabelece o Parágrafo Único, do artigo 50, da Lei Complementar nº284, de 28 de fevereiro de 2005.

**Parágrafo Primeiro:**

Após análise, a homologação e publicação da Resolução aprobatória do presente instrumento, deverão ocorrer em até 30 dias, contados da data de sua respectiva entrega no protocolo geral do Conselho de Política Financeira – CPF.

**Parágrafo Segundo:**

Após a publicação da Resolução aprobatória no Diário Oficial do Estado, este instrumento será levado a registro, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE.

**Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FREQUÊNCIA LIVRE DE DIRIGENTES**

Fica assegurada a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem nas realizações de Assembléias e reuniões sindicais, devidamente convocadas pelo Sindicato da categoria, 6 (seis) dias por ano, desde que a empresa seja avisada por escrito e com antecedência de 5 (cinco) dias úteis.

**Contribuições Sindicais**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DESCONTO EM FOLHA**

A empresa se obriga, a informar aos Sindicatos signatários os descontos efetivados em folha de pagamento, decorrentes de mensalidades e taxas assistenciais, relacionando os empregados e o total das verbas recolhidas de cada empregado até 5 (cinco) dias após o efetivo desconto.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

A Empresa descontará de todos os empregados representados pelos Sindicatos integrantes do presente Acordo, no mês seguinte à assinatura deste, a importância correspondente a 1 (um) dia da remuneração mensal do empregado, repassando os valores descontados ao respectivo Sindicato até 5 (cinco) dias úteis após o efetivo desconto, a título de contribuição assistencial para custeio da campanha salarial, respeitado o direito de oposição do empregado, nos termos do Memo Circular SRT/M.T.E. N° 04 de 20 de janeiro de 2006, anexo ao presente.

**Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DA ASS/RSC**

A empresa se obriga ao fornecimento dos formulários de ASS e RSC (INSS) devidamente preenchidos.

**Outras disposições sobre representação e organização**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões de contrato de trabalho, dos empregados com 6 (seis) meses ou

mais de serviços prestados, serão efetuados com assistência da entidade sindical profissional.

NAURO JOSE VELHO  
Membro de Diretoria Colegiada  
SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC

JOSEFINA APARECIDA NUNES DE CARVALHO  
Membro de Diretoria Colegiada  
SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC

MARIO CESAR SILVA  
Diretor  
SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARI

VALDIR RUBENS WALENDOWSKY  
Presidente  
SANTA CATARINA TURISMO SA

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .